

AFRICANOS ESCRAVIZADOS, PORTUGUESES DEGREDADOS, E A ESCRITA HISTÓRICA DE TARCÍSIO MEDEIROS

Clivyá Nobre¹

Resumo: O objetivo deste artigo é investigar de que maneira o historiador potiguar Tarcísio Medeiros analisou historiograficamente os fenômenos da migração compulsória de africanos escravizados e de portugueses degredados para o Rio Grande/Rio Grande do Norte e a contribuição desses grupos para a formação populacional e cultural dessa capitania/estado. Para isso, foram analisados os artigos “O negro na etnia do Rio Grande do Norte” (1980) e “Como fomos colonizados (por degredados)?” (1984), ambos publicados na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte* (IHGRN). Além disso, foi operacionalizada a metodologia da análise qualitativa da escrita de Medeiros. Dessa forma, foi possível notar que as escolhas de abordagem das fontes, as demandas das instituições às quais o autor fez parte e as ideias que circulavam entre os pares que as integravam influenciaram na interpretação histórica adotada por ele e no resultado de suas investigações.

Palavras-chave: Tarcísio Medeiros; Escravidão; Degredo; Historiografia do Rio Grande do Norte; IHGRN.

ENSLAVED AFRICAN, DEGRADED PORTUGUESE, AND THE HISTORICAL WRITING OF TARCÍSIO MEDEIROS

Abstract: The purpose of this article was to investigate how the potiguar historian Tarcísio Medeiros analyzed historiographically the phenomena of compulsory migration of enslaved Africans and exiled Portuguese to Rio Grande/Rio Grande do Norte and the contribution of these groups to the population and cultural formation of this captaincy /state. The articles “O negro na etnia do Rio Grande do Norte” (1980) and “Como fomos colonizados (por degredados)?” (1984), both published in the *Revista do Instituto Histórico e Geográfica do Rio Grande do Norte* (IHGRN). The methodology of qualitative analysis of Medeiros' writing was operationalized. It was possible to note that the choices of approaching the sources, the demands of the institutions to which the author was a part and the ideas that circulated among the peers that integrated them influenced the historical interpretation adopted by him and the result of his investigations.

Keywords: Tarcísio Medeiros; Enslavement; Exile; Historiography of Rio Grande do Norte; IHGRN.

¹ Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Contato: clivyanobre703@gmail.com.

Introdução

O fenômeno da migração permeou a história da América desde os primórdios de sua colonização pelas metrópoles europeias. Dois dos principais grupos que compuseram a população brasileira chegaram aqui por processos migratórios: os portugueses e os africanos. Estes últimos foram, em grande escala, vítimas da migração compulsória provocada pelo sistema escravista. Porém, entre os portugueses, também houve uma parcela proveniente de deslocamento forçado, os degredados, ou seja, os contraventores da lei de Portugal, punidos com o degredo, o exílio para territórios coloniais americanos recém-descobertos. O historiador potiguar Tarcísio Medeiros se propôs a abordar os impactos da migração desses dois grupos na formação populacional do Rio Grande do Norte.

Este artigo tem por objetivo analisar a escrita de Tarcísio Medeiros a partir de dois dos seus artigos publicados na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte* (IHGRN): “O negro na etnia do Rio Grande do Norte”, na edição de 1980; e “Como fomos colonizados (por degredados)?”, de 1984. A pesquisa tem como foco investigar a perspectiva historiográfica adotada pelo autor e a interpretação que ele fez da migração compulsória de escravizados africanos e de degredados portugueses às terras potiguanas. Foram identificadas aproximações entre as interpretações de Medeiros, as demandas do IHGRN e as tradições historiográficas de cunho nacional.

Por meio desta discussão, foram analisados elementos da narrativa do autor que caracterizaram a participação de povos migrantes na constituição da sociedade norte-rio-grandense. A análise do perfil profissional de Tarcísio Medeiros e da sua metodologia de abordagem das fontes contribuiu para a compreensão de suas interpretações analíticas. Assim, esta pesquisa visa contribuir com a área de estudos da História dos Intelectuais e da História da Historiografia Norte-rio-grandense. A investigação da escrita atrelada ao IHGRN é uma das principais subáreas de pesquisa da historiografia potiguar, porém, a produção de um de seus mais ativos sócios, Tarcísio Medeiros, ainda foi pouco estudada.

O IHGRN, os pares e o projeto de identidade nacional

O IHGRN, ou Casa da Memória Potiguar, foi fundado em 29 de março de 1902 por sujeitos da elite política e letrada norte-rio-grandense integrantes da oligarquia Albuquerque Maranhão (IHGRN, 2023). A origem desse grupo político familiar está relacionada ao surgimento de uma camada social simultaneamente aristocrática e burguesa,² que monopolizou o poder político e cultural no Estado durante a Primeira República em torno da figura de Pedro Velho³ e, após seu falecimento, em torno dos descendentes dele (BUENO, 2015, p. 47). A influência política do grupo garantiu a ocupação de diversos cargos públicos pelos seus integrantes, como no magistério de nível secundário, principalmente no Atheneu Norte Riograndense (MORAIS, 2019). Isso possibilitou difusão da perspectiva histórica, política e social do grupo a amplas camadas da sociedade potiguar.

O IHGRN foi outra instituição central para essa elite, que foi concomitantemente sua fundadora, produtora dos conhecimentos compartilhados naquele espaço e seu principal público-alvo.⁴ Seus sócios, com o respaldo do método histórico, construíram uma narrativa de passado coletivo norte-rio-grandense, na qual a oligarquia associada foi ligada aos seus antepassados colonizadores por uma herança simbólica. Dessa forma, atenderam à demanda política de construir a identidade potiguar, ao legitimar a manutenção do poder da elite política e familiar local. Esse espaço institucional foi central na produção e divulgação de saberes históricos no Rio Grande do Norte.⁵

² O grupo se formou, a partir do século XIX, em torno dos núcleos urbanos da região litorânea da então província do Rio Grande do Norte, estando atrelado à aristocracia rural patriarcal ligada ao cultivo em grande escala da cana-de-açúcar, à burguesia associada ao capital comercial e industrial e ao profissionalismo liberal do bacharelado em Direito e Medicina.

³ Pedro Velho de Albuquerque Maranhão tinha formação em Medicina, mas atuou como jornalista e professor de História no Atheneu Norte Riograndense. Além disso, exerceu diversos cargos políticos, como o equivalente a governador do estado e senador. Assim como os demais entes dessa elite local, ele atuava simultaneamente na política e no meio intelectual. Foi o fundador do Partido Republicano Norte-rio-grandense, ainda no período imperial, e esta organização política agrupava familiares, compadres, agregados e aliados da sua família (BUENO, 2015, p. 48), e tinha o periódico *A Repúblíca* como o porta-voz da oligarquia na imprensa.

⁴ O próprio Pedro Velho esteve entre seus fundadores, assim como seu irmão Alberto Maranhão, seu genro Augusto Tavares de Lyra, entre outros aliados, como Vicente de Lemos, avô de Tarcísio Medeiros (IHGRN, 2023).

⁵ Apesar de não ter sido a primeira responsável pela escrita histórica norte-rio-grandense (COSTA, 2017a, p. 549-550), a instituição inaugurou uma historiografia mais sistemática e contínua sobre o estado (AZEVEDO, 2020, p. 8).

O IHGRN e as produções presentes na sua revista são uns dos principais objetos de pesquisa histórica no estado, devido à alta quantidade de publicações nas suas mais de 50 edições, à sua disponibilidade em acervos digitais e à sua relevância na produção de discursos sobre o Rio Grande do Norte ao longo do século XX. Os artigos acadêmicos, as monografias, as dissertações, as teses e os capítulos de livros publicados,⁶ em sua maioria, podem ser divididos em dois grupos.⁷ O primeiro é composto por análises das narrativas construídas pelos sócios na revista do IHGRN,⁸ sendo que alguns desses textos focaram em temas específicos, como, por exemplo, povos originários,⁹ educação (CUNHA, 2020) e sertão (SILVA, 2021). O segundo conjunto, por sua vez, abordou o aspecto patrimonial e museológico da instituição¹⁰ e buscou listar e descrever o seu acervo.¹¹

A maior parte dessas obras, especialmente as do primeiro grupo, chegaram a conclusões similares: o IHGRN tinha metodologia científica e sua escrita atendeu aos interesses da elite local, ao tecer uma origem e uma identidade para o Rio Grande do Norte, posicioná-lo como relevante para a história nacional e enfatizar as contribuições da instituição e de seus sócios para a história do estado. As pesquisas privilegiam os aspectos mais gerais e característicos da escrita na revista, mas as contribuições mais específicas de certos autores têm sido citadas tangencialmente,¹² o que representa uma lacuna historiográfica.

⁶ A escrita e os materiais do acervo do IHGRN foram utilizados em inúmeras pesquisas, porém, meu levantamento se restringiu a aquelas em que o instituto em si foi o objeto da pesquisa. Consultando as plataformas Scielo, Google Scholar, Lattes e o Repositório Institucional da UFRN, identifiquei 30 títulos. Apesar de, provavelmente, alguns trabalhos não terem sido encontrados, a amostragem analisada foi suficiente para suprir o objetivo de explicitar o estado atual dos estudos sobre o IHGRN.

⁷ As exceções foram os artigos sobre a fundação do IHGRN (FERNANDES, 2012b; COSTA, 2020) e sobre a participação do instituto nas festividades cívicas e monumentalização em Natal (VIANA, 2019).

⁸ Nos artigos de Menezes (1996), Oliveira (2012), Fernandes (2016), Costa (2017b, 2018), Silva (2020b), Santos (2020a) e Costa (2021a, 2021b), no capítulo de livros de Azevedo (2019), nas monografias de Menezes (1997), Azevedo (2005), Mata (2005), Silva (2007) e Dutra (2018), nas dissertações de Fernandes (2012c) Azevedo (2020), Cunha (2020) e Silva (2021) e na tese de Costa (2017a).

⁹ Oliveira (2012) e Dutra (2018).

¹⁰ As monografias de Macedo (2005), Alcoforado (2014) e Silva (2020a), o capítulo de livro de Santos (2020b) e o livro de Morais e Oliveira (2005).

¹¹ Os livros de Mariz (1995) e Sobral (2017).

¹² Uma exceção foi o artigo de Nobre (2021), sobre a escrita de Tarcísio Medeiros.

Além disso, a historiografia do sodalício foi influenciada pela tradição interpretativa ligada ao projeto de identidade nacional brasileiro, que surgiu a partir do período Imperial, momento em que o Brasil foi posicionado como herdeiro de Portugal, da colonização e da cultura considerada “civilizada”, e quando a presença negra foi minimizada, assim como a indígena. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) foi um dos principais espaços de produção e socialização dessa perspectiva (GUIMARÃES, 2011; 1997), e a irradiou para suas congêneres, como o IHGRN, ao longo do período republicano.¹³ Esses elementos foram disseminados pela elite intelectual potiguar em instituições estratégicas, como no Atheneu Norte Riograndense.¹⁴

Desse modo, existiu uma busca da elite política e intelectual em instituir uma tradição historiográfica norte-rio-grandense, da qual Tavares de Lyra e Câmara Cascudo foram os principais ideólogos e com a qual Tarcísio Medeiros dialogou em seus artigos. Duas das principais bases dessa linha interpretativa são a obra *História do Rio Grande do Norte*, escrita por Lyra em 1921, e a publicação homônima de Cascudo, de 1955. Em seu estudo, Tavares de Lyra organizou a história do Rio Grande do Norte a partir da colonização portuguesa, com destaque para a iniciativa de povos europeus, como os holandeses (LYRA, 1921). Os primeiros nativos das terras potiguaras tiveram papel secundário, enquanto os negros quase não surgiram na narrativa.¹⁵ O autor foi o primeiro a escrever um compêndio de história norte-rio-grandense.

¹³ No período da Primeira República, os historiadores no IHGB colaboraram na constituição da História como disciplina atrelada a uma função social, política e pedagógica de incutir nos discentes sentimentos nacionalistas e cidadãos (GOMES, 2009). Mesmo que estas características fossem mais evidentes durante a Primeira República, a força dessa tradição historiográfica e a influência desses espaços de produção e divulgação de conhecimento histórico perduraram nas décadas seguintes, e as semelhanças das características delas com as da história produzida na congênere norte-rio-grandense, o IHGRN, evidenciaram isto.

¹⁴ O Colégio Atheneu Norte Riograndense ofereceu o Curso Normal a partir de 1892 para formação de professores, e como uma etapa de estudos prévios (bacharelado em Ciências e Letras), obrigatória para cursar o Ensino Superior. Os estudos de História Geral, do Brasil e do Rio Grande do Norte eram parte basilar do programa do Curso. As obras indicadas como leitura básica para referenciar o ensino dessas áreas foram escritas por Tavares de Lyra e Câmara Cascudo, e contribuíram para disseminar a perspectiva histórica assumida por eles e pela elite intelectual no estado (MORAIS, 2019). Desse modo, a pesquisa e o ensino foram processos aliados no projeto de identidade potiguar.

¹⁵ Como discutido na dissertação de Francisco Silva sobre as ações político-intelectuais de Tavares de Lyra (SILVA, 2012) e na análise presente na monografia de Lucélia Dantas sobre o conteúdo da *História do Rio Grande do Norte* do autor (DANTAS, 2005).

Já Câmara Cascudo¹⁶ esteve em diálogo com a estrutura discursiva apresentada por Lyra, sua *História do Rio Grande do Norte* também destacou a ação colonizadora. No entanto, esse autor foi ainda mais explícito em minimizar a presença e o legado de indígenas e negros na história e sociedade potiguares (CASCUDO, 1955). Cascudo, Lyra e o próprio Tarcísio Medeiros estiveram entre os principais disseminadores de uma visão do êxito colonial e da ausência de povos originários no espaço potiguar (LOPES, 1998, p. 27-28), ausência que se estendeu aos descendentes da África.

Cascudo defendeu a existência de um elemento étnico que denominou como “sertanejo”, apresentado como a representação da população norte-rio-grandense e originado pela mestiçagem entre brancos, indígenas e, de modo quase invisibilizado, negros. Esse arquétipo foi caracterizado pela pele em tons pardos e pela ligação cultural, identitária e de costumes com o legado branco, europeu e “civilizado”, ou seja, como um símbolo da vitória da colonização. Os traços de ascendência africana nos seus aspectos culturais foram ocultados por Cascudo.¹⁷ Na obra de Tarcísio Medeiros, são notáveis as ressonâncias dessa leitura da sociedade potiguar.

O autor: perfil profissional e escolhas metodológicas

Tarcísio da Natividade Medeiros nasceu em Natal, no Rio Grande do Norte, em 1918, e faleceu em 2003. Formado como bacharel na Faculdade de Direito de Recife, foi um dos professores fundadores do Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, além de servidor público e burocrata. Ele também participou da Comissão de Estatutos e Redação da Revista do IHGRN, e do Instituto Histórico do Ceará, Academia Mossoroense de Letras e Academia Norte-rio-grandense de Letras (BIOGRAFIA do prof.

¹⁶ A produção literária e de análise histórica e folclórica de Câmara Cascudo tem sido vastamente analisada por pesquisadores de diversas áreas, resultado da relevância das interpretações traçadas em seus escritos para o arcabouço histórico e cultural potiguar. Entre as investigações, destacam-se as teses de Gico (1998) e Galvão (2010), as dissertações de Sales Neto (2009), Costa (2011) e Fernandes (2012a), e a monografia de Barros (2018).

¹⁷ Isto foi perceptível na narrativa presente em *História do Rio Grande do Norte*, e identificado por Salatiel Gomes ao analisar a obra Vaqueiros e Cantadores, também de autoria de Câmara Cascudo (GOMES, 2008), ou seja, era traço central na perspectiva histórica defendida pelo autor.

Tarcísio Medeiros, 2023). De acordo com levantamento feito nas revistas do Instituto, Tarcísio Medeiros foi redator da Revista do IHGRN durante as décadas de 1960, 1970 e 1980, e publicou 13 artigos nesse interregno, produção profícua em comparação com os demais sócios do período.

Além disso, era neto do intelectual e político potiguar Vicente de Lemos, intimamente ligado a Pedro Velho e à oligarquia Albuquerque Maranhão (FERREIRA, 2023). Medeiros mobilizou o prestígio promovido por esse grau de parentesco em diferentes ocasiões, como na escrita de artigo sobre os elos entre seu ancestral e Augusto Tavares de Lyra (NOBRE, 2021). Ou seja, ele esteve em posição estratégica na elite intelectual norte-rio-grandense. A participação de Tarcísio Medeiros na produção do Ensino Superior de História no Rio Grande do Norte também garantiu o destaque do autor no meio intelectual local.¹⁸

O professor Tarcísio Medeiros atuou no Curso de História do início das aulas, em 1957, até sua aposentadoria, em 1991 (NOBRE, 2022a, p. 97), e foi caracterizado como um dos docentes precursores.¹⁹ Em meados das décadas de 1980 e 1990, ocorreu uma série de transformações no Ensino Superior potiguar,²⁰ que resultaram na impressão estabelecida na memória institucional

¹⁸ O atual Curso de História da UFRN foi, inicialmente, uma das graduações da Faculdade de Filosofia de Natal (FAFIN), instituição criada por iniciativa dos integrantes da Associação de Professores do Rio Grande do Norte (APRN), liderados pelo seu presidente Joaquim Coutinho. A partir de 1955, dois anos antes do início das aulas, ele já se mobilizava para se aliar a outros intelectuais na constituição da nova faculdade. Tarcísio Medeiros estava entre alguns desses primeiros convidados (NOBRE, 2023, p. 2), o que demonstrou seu bom posicionamento na rede de sociabilidade dos letrados. A partir desse convite, Tarcísio Medeiros passou a integrar os quadros do Curso de História da FAFIN, posteriormente incluído na UFRN.

¹⁹ A Geração dos Precursores foi um grupo composto pelos professores fundadores do curso e lentes das cadeiras/disciplinas que compuseram suas primeiras grades curriculares. Seus participantes eram caracterizados pela formação em Direito, pela participação na imprensa local, pela experiência no Ensino Secundário, principalmente no Atheneu Norte-Riograndense, e pela passagem por cargos burocráticos e políticos (NOBRE, 2023, p. 5-6). Com exceção da atuação prévia no Ensino Básico, Tarcísio Medeiros teve sua trajetória de acordo com esse perfil.

²⁰ Essas mudanças foram consequência de medidas federais pela modernização das universidades públicas brasileiras, e, entre elas, esteve a exclusividade do concurso público para o ingresso na docência superior e a vantagem de professores com título de Doutorado ao ocupar os postos de trabalho. Diante desse cenário, formados em universidades externas ao Rio Grande do Norte passaram a compor os quadros do curso da UFRN. Essa fase foi marcada por tensões entre os novos docentes e aqueles que lecionavam no curso antes deles (NOBRE, 2022a, p. 106-108). Estes eram ex-alunos dos precursores e, em sua maioria, tinham relações de amizade e de conexão de legado com seus antigos mestres. Apesar disso, tiveram a tendência de considerar os precursores como “professores tradicionais”, com perspectiva

do Curso de História da UFRN de que o legado de professores precursores, como Tarcísio Medeiros, não teve ligação significativa com as características do curso após 1990 (NOBRE, 2022b, p. 147-148). Porém, como produtores desse espaço de ensino e formadores de parte dos docentes que atuaram em sua trajetória, os precursores influenciaram a construção de conhecimentos nesse curso ao longo de suas primeiras décadas (NOBRE, 2023).

Investigar a perspectiva histórica adotada por um ente desse grupo, Tarcísio Medeiros, foi um meio para a compreensão da consolidação de seu ponto de vista na consciência histórica coletiva potiguar. Além disso, as relações familiares de Tarcísio Medeiros o colocavam numa posição privilegiada enquanto historiador. Seu filho, Ivoncísio Meira de Medeiros, encontrou uma gama de documentos administrativos da Coroa Portuguesa em suas pesquisas no Arquivo Nacional Torre do Tombo, em Lisboa, Portugal, e enviou cópias ao seu pai. Numa realidade sem as bases de dados digitais, o acesso a essas fontes estava restrito a poucos estudiosos. Medeiros publicou a documentação oficial analisada no artigo por meio de longas citações, de modo a facilitar o acesso a demais pesquisadores.

Ele analisou Cartas Régias, as correspondências trocadas entre os Capitães-Mores da Capitania do Rio Grande e a Metrópole, nos séculos XVII e XVIII, e os documentos direcionados aos capitães donatários, como Requerimentos de Sesmarias, Cartas de Doação, Cartas Forais e Cartas de Mercês de Minas, Ouro e Prata, em “Como fomos colonizados (por degrados)?” e em “O negro na etnia do Rio Grande do Norte”. Além disso, dados estatísticos também foram salutares na pesquisa histórica do autor. Foi notável a valorização que Tarcísio Medeiros deu para as fontes administrativas.

O intelectual tinha a perspectiva de fonte oficial como um retrato do passado, e a influência das circunstâncias, instituições e grupos em sua produção raramente era levada em conta em suas investigações. Esse posicionamento acabou por privilegiar o ponto de vista dos grupos sociais envolvidos

histórica elitista e pouco crítica, em certa medida pela influência das pressões dos colegas vindos de fora. As relações entre as diferentes gerações docentes do Curso de História da UFRN e os precursores foram abordadas de maneira mais aprofundada em (NOBRE, 2022a) e (NOBRE, 2022b).

na produção desses vestígios, ou seja, a elite político-intelectual, nos resultados de suas pesquisas. A análise isolada da documentação oficial e institucional endossou o ponto de vista do conquistador, produtor das fontes, sobre os acontecimentos (PUNTONI, 2002, p. 79), característica que influenciou as conclusões obtidas pelo autor mediante a análise das fontes e as suas interpretações históricas nos artigos em questão.

Os negros no Rio Grande do Norte, sob a ótica de Tarcísio Medeiros

Em “O negro na etnia do Rio Grande do Norte”, Tarcísio Medeiros apontou como uma especificidade do modelo escravista na capitania do Rio Grande a importação tardia e diminuta de escravizados africanos para o trabalho agropecuário. Segundo Medeiros:

Na primeira quadra de fixação efetiva do português branco no Rio Grande, a contribuição do escravo negro para a etnia, além daquela energia motriz, foi quase nula. O cruzamento era feito mais com os nativos, porque, para a entrada ao sertão, os primitivos colonizadores contaram com o apoio dos índios potiguares, pertencentes à nação dos Tupis [...] entrada do elemento negro é ainda pequena por não haver diversificação de produtos de sustentação econômica em que ele fosse empregado na mão-de-obra como escravo, sobretudo (MEDEIROS, 1980, p. 89-92).

Nesse discurso, o autor optou por privilegiar fatores econômicos²¹ para explicar a posição que ele defendeu, de que o fluxo migratório de escravizados africanos para a capitania do Rio Grande foi inferior aos demais locais da Colônia. De acordo com ele, essa mão de obra não era apta para o domínio dos espaços áridos do interior como a dos indígenas Tupi. Além disso, a instabilidade financeira dos senhores de terras locais minimizou as condições para a importação de escravizados negros. Desse modo, Medeiros destacou as diferenças do processo colonial do Rio Grande (correspondente ao atual Rio Grande do Norte) com a de outras capitâncias.

²¹ “As migrações, no Brasil, tiveram um caráter acentuadamente compulsório e os migrantes foram vistos como sujeitos expropriados e, por isso, forçados a uma peregrinação constante na busca de trabalho” (BRUMES; SILVA, 2011, p. 124), o que também foi notável nos processos de migração forçada, que levou à constante apresentação de fatores econômicos nas análises dos fluxos migratórios. Porém, especialmente depois da década de 1990, tornaram-se mais frequentes as análises que pautaram fatores econômicos, sociais e pessoais e suas interrelações (BRUMES; SILVA, 2011, p. 125).

As causas econômicas também foram enfatizadas pelo autor ao analisar o aumento do deslocamento de escravizados ao Rio Grande do Norte no século XIX. De acordo com ele, a economia local se modificou, o que provocou o aumento de negros na população, mas esse processo foi mostrado como algo efêmero e sem consequências demográficas do século seguinte em diante:

O surto econômico maior da cana-de-açúcar na região do agreste-litoral foi até 1870, quando cedeu lugar à agricultura do algodão no sertão do Seridó, isto pela maior demanda dos mercados europeus em plena *cotton famins* da segunda etapa da revolução industrial. Portanto, marca o ano de 1870 o maior índice de população negra no Rio Grande do Norte, porque daí para diante cai a importação humana, a renovação dos estoques não é feita, a miscigenação diminui e as manumissões espontâneas, pela descessidade do negro, vão anteceder a lei áurea (MEDEIROS, 1980, p. 93).

Ou seja, na visão do autor, a expansão do cultivo de cana-de-açúcar no agreste e no litoral durante o século XIX foi a única exceção às características econômicas e demográficas descritas anteriormente. Porém, Medeiros argumentou sobre um fluxo migratório para a parte meridional do Brasil induzido pela crise econômica, que levou os senhores escravistas do Rio Grande do Norte, em grande medida, a venderem os cativos aos senhores do Sul. Ele optou por não discutir a miscigenação com os negros nem a presença deste grupo nas diferentes regiões potiguares além do litoral, e nem em outras monoculturas. Medeiros minimizou a presença negra no estado e indicou uma tendência ao desaparecimento desse grupo pela comparação dos percentuais populacionais de negros nos dados estatísticos do Rio Grande do Norte em diferentes censos:

Interpretando-se os índices de percentagens, comprehende-se que, de 1890 a 1940, a população tendo quase triplicado, a de raça branca estava em maioria sobre as demais com 43,49%; os pardos com 43,08%, um pouco abaixo dos brancos; e os pretos com 13,38% de total, o menor e inexpressivo. Dez anos depois, isto é, em 1950, quando a população total comparada a de 1890 tinha quase quadruplicado, os brancos estavam com a maioria sobre os pardos e pretos de 48,78%; os pardos tinham 41,58% da população, portanto diminuído em relação aos brancos; e os negros, o índice tão somente de 9,46%. Desta maneira, de 1950 para cá, cada vez mais os negros, enquadrados à matrizes antropológicas apontadas de início, estão desaparecendo no Rio Grande do Norte, assimilados por uma

crescente maioria de brancos e pardos. [...] A progressiva transformação para o fenotípico alvarinto será o resultado final (MEDEIROS, 1980, p. 96-97).

Ao interpretar os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Medeiros desconsiderou uma consequência social do sistema escravista que perdurou por três séculos: a associação da negritude a aspectos negativos por racismo. Por causa disso, parcelas da população evitam se identificar como negras e optam por classificações como pardas e suas variantes (mulato, mestiço, moreno etc.). Na linguagem cotidiana e no senso comum, certas terminologias difusas, como *caboclo* e *negro* (ou a sua corruptela *nego*) designaram homens rudes e perigosos, consequência de uma consciência histórica coletiva marcada pela alteridade colonial (CAVIGNAC, 2003, p. 10).

Medeiros ignorou também a própria dificuldade que os consultados nas pesquisas poderiam ter em relação à própria identidade, visto que, num país com forte miscigenação como o Brasil, a divisória que separa o ser negro e o ser pardo é tênue. Tarcísio Medeiros optou pela interpretação das fontes sem a análise das circunstâncias de sua produção, pois o resultado coincidiu com a perspectiva que ele pretendia defender. Porém, ele buscou estabelecer um parâmetro objetivo para diferenciar negros e pardos, e, para isso, recorreu às teorias dos antropólogos Félix Von Luschan e Alfred Court Haddon:

Evidentemente, quando as estatísticas usaram a classificação de PARDOS, foi em consideração à escala do antropologista Von Luschan, que incluiu como “faiodermos” os indivíduos de pele mais ou menos escura, ou sejam aqueles comumente conhecidos como mamelucos (brancos e índios), caboclos ou curibocas (negros e índios), e mulatos (brancos e negros), peculiaridade da miscigenação brasileira. Os “melanodermos”, com variante de 30 a 36 da escala de coloração da pele, escuros, são negros quando ainda apresentam as características essenciais da raça, no que concerne à maior espessura dos lábios, achatamento horizontal das narinas e cabelos ulóticos. [...] Pela diversidade de opiniões existentes, é preferível, como mais racional e lógica, a classificação de HADDON, que destacou nas características dos verdadeiros negros, isto é, da raça negra ou nigricina: “A pele negra, cabelos encarapinhados, nariz largo e chato, lábios volumosos, prognatismo, alta estatura (Im73 em média), dolicocefalia moderada (índice cefálico 74 a 75)” (MEDEIROS, 1980, p. 94).

De acordo com os parâmetros estabelecidos pelo autor, em diálogo com Luschan e Haddon, apenas poderiam ser considerados negros aqueles que tivessem um conjunto de elementos fenotípicos específicos de pele, cabelos, nariz, lábios e cabeça. A categoria dos que o autor chamou de verdadeiros negros, nesses critérios, estaria limitada a um grupo tão restrito que excluiria parte considerável dos indivíduos socialmente reconhecidos como afros na realidade brasileira. Tarcísio Medeiros não incluiu em sua análise as circunstâncias em que essas teorias foram criadas. Luschan e Haddon desenvolveram suas pesquisas dentro do cientificismo racial que predominou no século XIX.²²

Persistiram durante décadas as influências dessas teorias raciológistas no senso comum e até mesmo na visão de grupos intelectuais sobre o ser negro, representação imaginada marcada por estereótipos. Uma consequência disso foi a dificuldade de parte da sociedade em admitir a legitimidade da identidade dos que rompem com esses clichês, além da tendência em apontá-los como “aculturados”, “mestiços” e sujeitos sem “pureza” suficiente para se identificarem com a cultura negra (CAVIGNAC, 2003, p. 10). Ao descrever as irmandades negras potiguanas, o historiador optou por interpretar as manifestações dos negros pelo prisma da desterritorialização (SANTOS, 2006, p. 222), ou seja, ele buscou representar os africanos que vieram ao Rio Grande do Norte, e seus descendentes, como um grupo que perdeu os hábitos e as práticas pertencentes aos territórios de que foram provenientes para assumir costumes eurocêntricos:

Sabe-se das várias formas de reações contra-aculturativas dos negros. Algumas violentas, ruidosas, como as rebeliões de negros muçulmanos na Bahia, os quilombos, os crimes. E outras silenciosas, mais de fundo psicológico, como o banzo, os suicídios, as fugas ou refúgio nas regiões. As irmandades ou Confrarias religiosas [do Rio Grande do Norte] podem ser consideradas sob o segundo aspecto. [...] Recebeu a Irmandade, em Portugal, o selo da Real Mesa da Consciência e

²² A Escala Cromática de Luschan foi criticada por sua subjetividade e por, frequentemente, ter diferentes resultados para o mesmo indivíduo (COR/RAÇA?, 2016). Já Haddon esteve no grupo dos cientistas que se posicionaram contra o projeto genocida nazista, mas que também compartilhavam da visão eugenista de que existia certa hierarquia biológica na qual os negros estavam em desvantagem (MUNARETO, 2017, p. 51-52). Estas questões não foram mencionadas no artigo de Medeiros.

da Ordem. [...] O costume não era propriamente brasileiro. Veio da Europa, onde em 1552, já havia com iguais encargos na cidade de Lisboa (MEDEIROS, 1980, p. 99-100).

As irmandades católicas compostas pelos escravizados e negros livres foram legitimadas no discurso de Medeiros em detrimento de rebeliões e quilombos, associados à violência e à perturbação da ordem estabelecida. O autor também teve a cautela de informar que a manifestação cultural tinha origem europeia e o aval da Realeza Portuguesa, ou seja, que era mais um legado da colonização na sociedade norte-rio-grandense, fator legitimador do movimento na narrativa do artigo. Tarcísio Medeiros também negou a existência de quilombos no Rio Grande do Norte:

O caso de Sibaúma, de população toda negra, mereceu da Revista "Realidade" (nº 37, abril-1969) uma reportagem sensacionalista por ter sido classificado o povoado como um quilombo, coisa que jamais existiu na história do Rio Grande do Norte, considerado como reduto de pretos fugidos, formadores de um núcleo de resistência à legal instituição escravocrata da época, como o exemplo de Palmares, em Pernambuco e Alagoas. Sibaúma foi e continua a ser uma comunidade pacífica [...] o grupamento de pretos formadores de Sibaúma só chegou ao lugar no começo do século (1.900), quando já não existia escravidão (MEDEIROS, 1980, p. 98).

Ao afirmar que Simbaúma foi e continua sendo uma comunidade pacífica, enquanto negava sua caracterização como quilombo, ele considerou que a resistência dos negros nesse modelo de comunidade era algo contrário à paz e à ordem social. Além disso, ele definiu quilombo como algo reprovável e ameaçador à lei, e a escravidão, dentro da especificidade do passado, como um modo de exploração de trabalho válido ("legal instituição da época"). Com essa escolha de palavras, Medeiros conduziu o olhar do seu público leitor a associar a resistência ao sistema escravista à ilegitimidade e a exploração de mão de obra cativa ao oposto disso.

Qualquer grupo que tenha se colocado como obstáculo à ação colonizadora de Portugal foi descrito por Tarcísio Medeiros de maneira pejorativa. Em sua argumentação, a presença de afrodescendentes em movimentos derivados da povoação lusitana, como as irmandades, foi um indicativo de adoção da cultura branca por eles, o que os identificariam como mestiços, portanto, culturalmente não negros. Já os quilombos, uma oposição

ao projeto colonial, teve sua existência no Rio Grande do Norte negada no artigo, pois seria uma prova da relevância da população africana e de sua identidade na formação do estado, e de sua autonomia em relação a Portugal.

A minimização e o apagamento da participação de grupos não brancos na sociedade norte-rio-grandense foi um elemento característico da escrita de Tarcísio Medeiros. Na visão do autor, o Rio Grande do Norte não tinha nem indígenas e nem negros verdadeiros.²³ Existia apenas o branco e o pardo, e este último poderia não ter a pele clara como os brancos, mas compartilhava dos mesmos costumes e da mesma cultura. Assim, ele argumentou em prol do sucesso da colonização, de uma sociedade potiguar homogênea, sem diversidade. Medeiros concluiu o artigo com as seguintes palavras:

Assim, pelo visto, na verdade, a contribuição da raça negra para formação da etnia no Rio Grande do Norte, foi mínima: Pouco deixou de seus caracteres antropológicos, não representou, como escravo, elemento de importância na economia regional, e não legou manifestação cultural de valor.

Se, em face das circunstâncias especiais de tempo e espaço, o negro foi escravo entre nós, o foi em pacífica convivência, tratamento humano e restritas limitações de vida. Liberto antes da lei, participa das mesmas oportunidades dos demais em sociedade, em todos os aspectos da vida e pela vida, como irmão, sem preconceitos, sem segregação (MEDEIROS, 1980, p. 103).

Ou seja, o artigo “O negro na etnia do Rio Grande do Norte” apresentou uma narrativa que tendeu à minimização dos índices de migração forçada de africanos para o Rio Grande do Norte e ao apagamento da contribuição do grupo na sociedade potiguar. Naquele momento, no Brasil, diversas iniciativas de organizações negras visavam contestar o lugar da influência africana no Brasil proposto pelas narrativas das elites nacionais.²⁴ Na nova perspectiva

²³ A escrita de Tarcísio Medeiros na Revista do IHGRN sobre a presença indígena no Rio Grande do Norte foi investigada por Nobre (2021).

²⁴ Em 1978, dois anos antes da publicação do artigo de Medeiros, ocorreu, em São Paulo, um evento que marcou o surgimento do Movimento Negro Contemporâneo no Brasil. Foi um ato público que reuniu lideranças negras de todo país e fundou o Movimento Negro Unificado (MNU). A organização teve como principal objetivo a transformação da sociedade em prol de uma democracia racial verdadeira, e, entre outras demandas, prezava pela mudança do lugar do negro na história do Brasil e pela valorização de sua cultura. Uma das principais conquistas do MNU, demanda que já existia desde, pelo menos, 1971, foi a instituição do Dia da Consciência Negra na data de 20 de novembro, efeméride da morte de Zumbi dos Palmares, líder da resistência à escravidão em um dos maiores quilom-

apresentada por eles, o protagonismo da história afrodescendente saiu das mãos dos colonizadores e brancos e passou aos escravizados em luta pela própria liberdade (PEREIRA, 2010, p. 98-102). Nesse discurso, os quilombos deixaram de representar a insubordinação violenta à ordem vigente e se tornaram um ato legítimo de resistência.

É provável que a crítica contundente de Tarcísio Medeiros ao artigo jornalístico que apontou a presença de quilombos no Rio Grande do Norte, assim como a representação negativa desse modo de resistência à escravidão, e a busca por dar protagonismo ao legado português, inclusive ao descrever iniciativas coletivas negras, foram parte da reação de Medeiros, e da elite a que pertencia, a essas mudanças na interpretação da história negra no Brasil. As narrativas históricas estavam em disputa, e Medeiros se colocou contra a alternativa proposta pela nova mobilização negra e a favor da herança colonial e eurocêntrica. A longevidade dessa visão distorcida da identidade negra no estado provavelmente foi resultado da força e da influência dos discursos da elite intelectual, na qual pensadores como Tarcísio Medeiros estiveram integrados.

A historiografia norte-rio-grandense tradicional foi construída por integrantes das elites locais, em instituições como o IHGRN, e declarar extinção dos povos originários e subestimar o impacto da escravidão de negros no sertão era parte de um projeto de história aliada à glorificação da colonização. As análises feitas por esse grupo foram profundamente marcadas por esse objetivo (CAVIGNAC, 2003, p. 2). Além disso, ao afirmar que os povos originários desapareceram, que a escravidão foi mais suave e que o racismo não existiu no Rio Grande do Norte, o autor invalidou qualquer movimento ou ação social que buscasse diminuir a desigualdade e reparar os danos do genocídio dos indígenas e da escravidão dos negros no estado.²⁵

bos da história brasileira. Desse modo, o centro das celebrações da negritude nacional deixou de ser o 13 de maio, a data da Abolição da Escravatura, mudança que teve um significado simbólico.

²⁵ O historiador norte-rio-grandense Muirakytan Macêdo abordou a construção historiográfica sobre a presença indígena e negra no processo de ocupação colonial do sertão do Rio Grande do Norte e suas consequências em sua dissertação de mestrado (1999). Além disso, ele aprofundou a abordagem da questão em artigos (2000, 2008, 2011) e em capítulos de livros (2013, 2014).

Os degredados no Rio Grande do Norte, na perspectiva de Tarcísio Medeiros

Já no artigo “Como fomos colonizados (por degredados)?”, o objetivo central foi identificar a participação de degredados na colonização em terras potiguares. Ao analisar os índices desse grupo na capitania, Medeiros afirmou:

Não se dirá, - salvo aos ocupantes de postos de comando reservados aos homens de qualidade, - que a maioria dos participantes das ações de conquistas, não foram degredados carentes de meios legais para se reabilitarem de forma honrosa e haver recompensa. Certamente que o foram, porém em número relativamente pequeno, desde o momento em que a paz feita com os nativos deixou disponível a terra para ser distribuída entre aqueles que precisavam fixar-se nela e, pelo seu trabalho, desenvolvê-la e povoá-la, protegidos pela guarnição da Fortaleza (MEDEIROS, 1984, p. 33).

A resposta de Medeiros à pergunta-título do artigo foi de que a participação de degredados no povoamento do Rio Grande foi pouco considerável. Ele utilizou a Carta Foral dos donatários do Rio Grande, João de Barros e Ayres da Cunha, como prova de que a Coroa Portuguesa orientou pela exclusão dos exilados na distribuição de sesmarias, com o objetivo de “que a ordem social preponderasse e que o espaço da antiga donatária de João de Barros e Ayres da Cunha se povoasse sem a presença perniciosa dos ‘degradados’” (MEDEIROS, 1984, p. 38).

Desse modo, o autor endossou a perspectiva identificada no documento histórico: de que os migrantes compulsórios seriam prejudiciais aos valores que deveriam ser cultivados em terras coloniais. Já a participação de indivíduos da elite da metrópole no Rio Grande foi enfatizada e maximizada. Tarcísio Medeiros caracterizou a participação do comandante português Peres Mendes de Gouveia, ao expor a Ocupação Holandesa no Nordeste, da seguinte forma:

Não precisamos relembrar aqui, o que foi a Província do “Fluvius Grandis” holandês, desde a tomada do Forte (12.12.1633), com o sacrifício de tantas vidas e de Peres Mendes de Gouveia, o seu comandante herói [...] domínio no qual a Capitania só conheceu violências, extorsão, vilipêndio e rapinagem (MEDEIROS, 1984, p. 35).

Ele descreveu a presença holandesa no Rio Grande com termos que enfatizaram uma imagem de残酷: extorsão, vilipêndio, rapinagem. Quanto aos líderes portugueses, representados, nessa citação, pelo co-

mandante Peres Mendes de Gouveia, foram um grupo colocado como protagonista da narrativa, heróico e martirizado em nome da supremacia portuguesa. Em outro momento do mesmo artigo, Tarcísio Medeiros explicou a reconstrução do Rio Grande após o período da Ocupação Holandesa, através do relato das ações e qualidades de Antônio Vaz Gondim:

Foi Antônio Vaz Gondim, o primeiro Capitão-Mor nomeado por D. Afonso VI, em janeiro de 1656, para o Rio Grande. Na sua administração, podemos dizer que a Capitania começou a povoar-se. Entretanto continuava em grande penúria [...] Antônio Vaz, como primeiro ato de sua administração, conseguiu que recolhessem à Capitania, ou nela viessem morar, mais de 150 pessoas. Multiplicou-se no esforço contínuo de atender a tudo, restaurando estradas, a Fortaleza, a Matriz, nomeando autoridade, restaurando o Senado da Câmara, fazendo milagre de energia, operosidade e animação (MEDEIROS, 1984, p. 35).

Na narrativa tecida por Medeiros, a “energia, operosidade e animação” do administrado foram as causas da vinda de mais famílias de colonos para as terras potiguares, pela restauração das obras públicas e das instituições políticas. Ou seja, nessa interpretação histórica, a ação do líder político reconstituiu as condições básicas para o desenvolvimento da civilização, num território onde, até então, só havia encontrado barbárie, proporcionada pelos holandeses e pelos povos originários. Quanto maior a penúria da capitania, maior ênfase no mérito de Vaz Gondim. Nesse sentido, o desenvolvimento do Rio Grande, e, por consequência, do Rio Grande do Norte, foi menos um trabalho coletivo e mais uma conquista de figuras políticas.

Desse modo, mesmo no artigo em questão, em que a presença dos degradados portugueses na capitania foi o tema central, o legado desse grupo social marginalizado foi diminuído, e a maior parte do texto consistiu nas contribuições da elite portuguesa para esse processo. Portanto, a representação da colonização do Rio Grande como um feito de homens brancos valorosos foi preservada na narrativa tecida no artigo. Essa visão, presente em ambos os textos, foi uma opção relacionada com os objetivos da agremiação cultural a qual a Revista que publicou as obras é atrelada, o IHGRN, dos demais intelectuais ligados a esta instituição e dos outros espaços nos quais estas ideias circularam.

Considerações finais

Tarcísio Medeiros mobilizou documentos administrativos e estatísticos de modo a comprovar o ponto de vista de que a migração de africanos escravizados e de seus descendentes ao Rio Grande/Rio Grande do Norte não foi relevante. Ao analisá-los como provas de veracidade de seu discurso e desconsiderar as intenções e demandas daqueles que produziram essas fontes, os colonizadores portugueses e a elite que foi sua herdeira, Medeiros assumiu uma posição de apoio ao lado dessa elite.

Já o registro que contrapôs sua visão, a notícia de jornal que apontou a existência de quilombos no estado, foi apresentado de maneira crítica, e Medeiros buscou em outros documentos desmentir as alegações do periódico. A conclusão do intelectual foi que a migração forçada de escravizados foi diminuta no estado, que estava passando por um processo de embranquecimento, tanto demográfico quanto cultural, e que as consequências disso foram o alto índice de mestiços identificados nos censos e a participação desses grupos tidos como não brancos em movimentos classificados como herança de Portugal, como as irmandades religiosas.

Quanto aos enviados à América Portuguesa em exílio, Tarcísio Medeiros foi breve ao desconsiderar a relevância do grupo na capitania do Rio Grande, mobilizando documentos da Coroa Portuguesa de maneira parecida com a análise anterior, ou seja, como detentores da verdade dos fatos. Os degrados foram descritos como uma parcela social sem as virtudes que Medeiros pretendia enfatizar na História potiguar, e, por isso, foram minimizados. A maior parte do texto foi dedicado à descrição daqueles que teriam sido, na perspectiva do autor, os verdadeiros responsáveis pela colonização desse território: líderes políticos como Mendes de Gouveia e Vaz Gondim, representados de maneira positiva e idealizada. Desse modo, o autor reforçou o triunfo da colonização europeia em terras potiguares.

Tarcísio Medeiros integrou as diversas instituições frequentadas pela elite intelectual norte-rio-grandense, como o Atheneu Norte-Riograndense e o IHGRN. De modo geral, ele e seus pares estiveram comprometidos com o projeto de constituição de identidade regional ligada à herança colonial.

Assim, a História escrita por esses sujeitos foi mobilizada como um meio para fins didáticos de criação de um senso de pertencimento e de gratidão da sociedade potiguar com os colonizadores. Nessa construção de sentidos, não houve espaço para diversidades, e a glorificação do processo supostamente civilizatório foi o que ditou os rumos das narrativas.

Referências bibliográficas

- ALCOFORADO, A. C. D. G. *O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte: um olhar biblioteconômico*. Bacharelado em Biblioteconomia. Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.
- AZEVEDO, Patrícia. *Moldando o Espaço por Meio das Palavras: a história da historiografia na Revista do Instituto Histórico e Geográfico no Rio Grande do Norte (1903-1904)*. Mestrado em História. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.
- AZEVEDO, Patrícia. O Rio Grande do Norte no limite: História e Espaços nas páginas do IHGRN (1903). In: BARROS, Fransuel Lima de; SILVA, Ronyere Ferreira da; SILVA, Márcio Douglas de Carvalho (Org.). *História: objetos, fontes e escritas*. São Paulo: Mentes Abertas, 2019, p. 133-144.
- AZEVEDO, Wadna. *Instituto Histórico e Geográfico no Rio Grande do Norte, uma visão historiográfica entre 1941 e 1947*. Graduação em História. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.
- BARROS, Ewerton Wirlley Silva. *Nos enredos do folclore: Luís da Câmara Cascudo no Movimento Folclórico Brasileiro (1939-1963)*. Licenciatura Plena em História. Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, 2018.
- BIOGRAFIA do prof. Tarcísio Medeiros. *Tribunal Regional Eleitoral (portal online)*. 2023. Disponível em: <<https://www.tre-rn.jus.br/o-tre/centro-de-memoria/memoria-viva-1/biografia-do-prof.-tarcisio-medeiros>>. Acesso em: 18 set. 2023.
- BRUMES, K. R.; SILVA, M. A migração sob diversos contextos. *Boletim Geográfico*, v. 29, n. 1, Maringá, 2011, p. 123-133.
- BUENO, Almir de Carvalho. *Visões da República: ideias e práticas no Rio Grande do Norte (1880-1895)*. Natal: EDUFRN, 2015.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1955.

CAVIGNAC, Julie. A etnicidade encoberta: “índios” e “negros” no Rio Grande do Norte. *Mneme Revista de Humanidades*, v. 4, n. 8, Caicó, 2003, p. 1-79.

COR/RAÇA? A paleta humana. *Ensaio e Notas*, 2016. Disponível em: <<https://ensaiosenotas.com/2016/01/18/corraca-a-paleta-humana/>>. Acesso em: 17 abr. 2023.

COSTA, Bruno Balbino Aires de. “A Casa da Memória Norte-rio-grandense”: o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e a construção do lugar do Rio Grande do Norte na memória nacional (1902-1927). Doutorado em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017a.

COSTA, Bruno Balbino Aires de. A questão de limites entre o Rio Grande do Norte e o Ceará: um ensaio sobre a atuação de Felisbelo Freire no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, n. 47, v. 1, Aracaju, 2017b, p. 1-32.

COSTA, Bruno Balbino Aires de. A primeira história do Rio Grande do Norte: um ensaio sobre a recepção da obra Breve Notícia sobre a Província do Rio Grande do Norte (1877) de Manoel Ferreira Nobre. *Revista Embornal*, v. 9, n. 17, Fortaleza, 2018, p. 39-57.

COSTA, Bruno Balbino Aires de. A emergência do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte: como, para que e por quem foi criado. *Revista História*, n. 179, São Paulo, 2020, p. 1-27.

COSTA, Bruno Balbino Aires de. Escrever história, fixar o tempo: as primeiras escolhas do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN). *Revista História UEG*, v.10, n.1, Morrinhos, 2021a, p. 1-17.

COSTA, Bruno Balbino Aires de. Narrar vidas, homenageando a memória dos vultos beneméritos da nação e do Rio Grande do Norte: um ensaio sobre a produção biográfica do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (1902-1927). *Revista História*, v. 40, São Paulo, 2021b, p. 1-26.

COSTA, Bruno Balbino Aires da. “Mossoró não cabe num livro”: Luís da Câmara Cascudo e a produção historiográfica do espaço mossoroense. Mestrado em História. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

CUNHA, R. T. C. A educação tecida pelos fios da “Casa da Memória”: saberes e dizeres na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (1938-2016). Mestrado em Educação. Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

DANTAS, Lucélia Maria A. Góis Ribeiro. *Tavares de Lyra e a História do Rio Grande do Norte: uma visão da elite política no início do século XX*. Graduação em História. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

DUTRA, Adalgisa. *Entre o poder da história e a resistência da memória nos sertões: a construção identitária da cidade de Janduís e a rememoração de seu passado indígena (séculos XX e XXI)*. Especialização em História dos Sertões. Centro de Ensino Superior do Seridó, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2018.

FERNANDES, Kaliana Calisto. *Santo de casa “faz” milagre: Luís da Câmara Cascudo, o padroeiro literário da cidade de Natal*. Mestrado em História. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012a.

FERNANDES, Saul Estevam. Atinente pelos indivíduos e nulo como grupo? Algumas reflexões sobre a criação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. *Revista História Social*, n. 22, Campinas, 2012b, p. 295-306.

FERNANDES, Saul Estevam. *O (in)imaginável elefante mal-ajambrado: a questão de limites entre Ceará e Rio Grande do Norte e o exame da formação espacial e identitária norte-rio-grandense na Primeira República*. Mestrado em História. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012c.

FERNANDES, Saul Estevam. Os engarrafadores dos espaços ou a disputa pela produção espacial norte-rio-grandense e cearense durante a retomada da questão de limites entre os sócios do IHGA-CE e o IHG-RN. *Revista Espacialidades*, 2016, v. 9, n. 1, 2016, p. 140-165.

FERREIRA, Sarah Karolina Sucar. “Apaixonei-me deveras [...] pelo estudo dos papéis velhos”: os usos do passado na construção do espaço norte-rio-grandense nos escritos de Vicente de Lemos (1907-1912). Mestrado em História. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

FUNDAÇÃO. *Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*. Natal, 2023. Disponível em: <<http://ihgrn.org.br/instituicao/fundacao>>. Acesso em 17 maio 2023.

GALVÃO, Cláudio Augusto Pinto. *Alguns Compassos: Câmara Cascudo e a música (1920/1960)*. Doutorado em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

GICO, Vânia de Vasconcelos. *Luís da Câmara Cascudo: itinerário de um pensador*. Doutorado em Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.

GOMES, Ângela de Castro. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2009.

GOMES, Salatiel Ribeiro. *Vaqueiros e Cantadores: a desafricanizada cantoria sertaneja de Luís da Câmara Cascudo*. Padê, v. 2, n. 1, Brasília, 2008, p. 47-70.

GUIMARÃES, M. L. L. S. *Historiografia e Nação no Brasil (1838-1857)*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2011.

GUIMARÃES, L. M. P. *Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1997.

LYRA, Augusto Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1921.

MACEDO, F. M. "Relíquias de um passado grandioso": a noção de patrimônio histórico e memória nos discursos dos intelectuais ligados ao IHGRN na década de 1920. Graduação em História. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

MACEDO, M. K. *A Penúltima Versão do Seridó - Espaço e História no Regionalismo Seridoense*. Mestrado em Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1998.

MACEDO, M. K.; ARAÚJO, A. I. C. O sertão febril: impacto microbiano e escravidão nos espaços (in)salubres da Província do Rio Grande do Norte, Ribeira do Seridó (1856-1888). *Mneme Revista de Humanidades*, v. 12, Caicó, 2011, p. 343-352.

MACEDO, M. K. As gentes dos sertões da Capitania do Rio Grande do Norte. In: MACEDO, H. A. M.; SANTOS, R. S. (Org.). *Capitania do Rio Grande: histórias e colonização na América portuguesa*. João Pessoa: Ideia/EDUFRN, 2013, p. 265-287.

MACEDO, M. K. História e Espaço seridoense entre os séculos XVII e XIX. *Mneme Revista de Humanidades*, Caicó, v. 01, n. 01, p. 01-50, 2000.

MACEDO, M. K. Majestades negras: Irmandades de Nossa Senhora do Rosário no Seridó. In: CAVIGNAC, Julie; MACEDO, M. K. (Org.). *Tronco, ramos e raízes!: história e patrimônio cultural do Seridó negro*. Natal: ABA; Flor do Sal; EDUFRN, 2014, p. 327-345.

MACEDO, M. K. O Sertão Negro: escravos nos inventários e testamentos da Ribeira do Seridó colonial. *Mneme Revista de Humanidades*, v. 9, Caicó, 2008, p. 23-30.

MARIZ, M. S. (org.). *Repertório de documentos para a História indígena existentes no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*. Fundação Vingt-Un Rosado, Coleção Mossoroense, série C, v. 871. 1995.

MATA, Sarah. *Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte: Análise sobre sua revista de 1930 a 1935*. Graduação em História. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

MEDEIROS, Tarcísio. Como fomos colonizados (por degredados?). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, n. 75, Natal, 1984, p. 27-38.

MEDEIROS, Tarcísio. O negro na etnia do Rio Grande do Norte. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, Natal, n. 70, 1980, p. 85-103.

MENEZES, Karla. O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte: um perfil de sua historiografia entre 1902 e 1907. *Caderno de História*, v. 3, n. 2, Natal, 1996, p. 41-57.

MENEZES, Karla. *O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte: um perfil de sua historiografia entre 1902 e 1907*. Graduação em História. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1996.

MORAIS, Jean-Pierre Macedo Dantas de. *Um Rio Grande do Norte a ser ensinado: a trajetória do ensino de História do Rio Grande do Norte durante a Primeira República (1908-1925)*. Mestrado em História. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

MORAIS, Maria Arisnete Câmara de; OLIVEIRA, Caio Flávio Fernandes de. (Org.). *Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte – história e acervo*. Natal: Departamento Estadual de Imprensa (DEI), 2005.

MUNARETO, Geandra Denardi. *A Ciência como Regeneradora da Nação: eugenio e autoritarismo no pensamento de Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, Renato Kehl e Belisário Penna*. Doutorado em História. Escola de Humanidade, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

NOBRE, Clivya. A escrita de Tarcísio Medeiros na Revista do IHGRN: política e intelectualidade. *Mosaico*, v. 13, n. 21, Rio de Janeiro, 2021, p. 291-312. Disponível em: <<https://periodicos.fgv.br/mosaico/article/view/84767/80480>>. Acesso em: 13 set. 2023.

NOBRE, Clivya. Memória sobre os outros, memória sobre si: representações da prática docente no Curso de História da UFRN, pelo olhar da “Geração de 1976”. *Revista Latino americana de História*, v. 11, n. 27, 2022a, p. 92-111. Disponível em: <<https://revistas.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/view/1217/386697>>. Acesso em: 13 set. 2023.

NOBRE, Clivya. Professores e trabalhadores: memórias docentes sobre o Curso de História da FAFIN/FFCL (atual UFRN). *Revista Discente Ofícios de Clio*, v. 7, n. 13, , Pelotas, 2022b, p. 133-151. Disponível em: <<https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/clio/article/view/5654>>. Acesso em: 13 set. 2023.

NOBRE, Clivya. Professores, gestores e a produção da Faculdade de Filosofia de Natal e de seu Curso de História (1955-1956). *Cadernos de Educação*, n. 67, Pelotas, 2023, p. 1-22. Disponível em: <<https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/educacao/article/view/6707/5760>>. Acesso em: 13 set. 2023.

OLIVEIRA, Jailma. Índios célebres do Rio Grande do Norte: a naturalidade de um herói indígena na Revista do IHG-RN. *Revista Sertões*, v. 2, n. 2, Mossoró, 2012, p. 21-38.

PEREIRA, Amílcar. “O Mundo Negro”: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995). Doutorado em História. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros. Povos indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil – 1650-1720*. São Paulo: EDUSP; HUCITEC, 2002.

SALES NETO, Francisco Firmino. *Luís Natal ou Câmara Cascudo: o autor da cidade e o espaço como autoria*. Mestrado em História. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

SANTOS, Magno. “A guarda fiel de nossas tradições e da nossa história”: o museu do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e os heróis potiguares (1902-1917). In: BRITTO, Clóvis Carvalho; CUNHA, Marcelo Nascimento Bernardo da; CERÁVOLO, Suely Moraes (Org.). *Estilhaços da memória: o Nordeste e a reescrita das práticas museais no Brasil*. Goiânia/Salvador: Espaço Acadêmico/Observatório da Museologia na Bahia, 2020a, p. 159-176.

SANTOS, Magno. “No pó dos velhos archivos descurados”: a fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e a invenção do passado potiguar (1902-1903). *História Revista*, Goiânia, v. 25, n. 1, 2020b, p. 116-132.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SILVA, Antônio Sironne. *A Questão de Gróssos e sua influência na fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*. Graduação em História. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

SILVA, Francisco. *Tavares de Lyra em vários tons*. Mestrado em Educação. Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

SILVA, Igor. *Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte: locus da identidade potiguar e preservação da memória nacional*. Mestrado em Ciência da Informação. Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020a.

SILVA, Ledson Marcos da. O campo intelectual como espaço de ritualização do poder: IHGRN, historiografia e saber (1945-1971). *Revista Vernáculo*, n. 46, Curitiba, 2020b, p. 90-104.

SILVA, Ledson Marcos da. Quando o anjo da História sobrevoa as terras potiguares: usos e representações da noção de sertão na Casa da Memória

Potiguar (1934-1972). Mestrado em História dos Sertões. Centro de Ensino Superior do Seridó, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2021.

SOBRAL, Gustavo. *Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte* Monumentos, relíquias, obras de arte, personagens, documentos e livros. Natal: IHGRN, 2017.

VIANA, Helder. A construção do espaço cívico: monumentos e rituais da memória na Natal Republicana (1902-1922). *Anais do Museu Paulista*, v. 27, São Paulo, 2019, p. 1-44.